

Desafios para a Governança de Florestas Secundárias na Amazônia

Ima Célia G. Vieira
FINEP/Museu Paraense Emílio
Goeldi

PAPEL DA REGENERAÇÃO NATURAL NA CONSERVAÇÃO

Alto potencial para a recuperação de florestas através da sucessão natural, quando fragmentos de florestas são mantidos na matriz agrícola e a terra é abandonada ou retirada do cultivo durante um longo período de tempo

Nas paisagens tropicais dinâmicas, as florestas secundárias são frequentemente **efêmeras** - são limpas após curtos períodos de pousio, antes da maioria das espécies de florestas tropicais maduras poderem atingir o tamanho reprodutivo

Para garantir o papel das florestas secundárias como reservatório de biodiversidade e sumidouro de Carbono - é preciso **GOVERNANÇA**

GOVERNANÇA

Governança - "formas e instituições através das quais indivíduos e grupos expressam os seus interesses, exercem os seus direitos e obrigações e pactuam as suas diferenças".

Principais dimensões da governança florestal:

- 1) direitos de propriedade, mercado de terra e dinâmica de uso da terra – agentes no território
- 1) tomadas de decisão dos produtores
- 1) leis, regulamentos e normas

Aspectos da Governança

Governar a floresta secundária é governar os processos e comportamentos sociais relacionados com a utilização da floresta, juntamente com a dimensão da dinâmica do uso da terra

Uma das preocupações na governança das florestas secundárias **é onde estão localizadas, que partes interessadas as reivindicam e as controlam e como são utilizadas**. Neste sentido, três características são essenciais para a governança:

- **Distinção e reconhecimento** – conceitos; valores; racionalidades
- **Extensão** - aproximadamente 21% das áreas previamente desmatadas na Amazônia brasileira. Enorme variação entre os estados
- **Permanência** – antes de 2010 – 3% da área de FS foi cortada anualmente após 2010 - mais de 7% (Inpe 202

Quem são os agentes sociais no território?

Questões de governança

Quem decide?
Quem se beneficia?
Quem perde?
Quem atua?

Diferentes racionalidades

Relações com a terra, com as árvores, com as propriedades, com os recursos naturais diferem

↳ Moldadas por tradições, cultura, leis, regras, poder, influência, dinheiro

Posses e direitos

↳ Atuação diferencial na degradação

Quem degradou?
Quem detém a posse da terra?

↳ Influencia escolhas e decisões

Há conflitos?
Para quem serve a restauração?

↳ Impactos no sucesso da restauração



Onde estão as florestas secundárias na Amazônia?

Table 4. Area and legal reserve deficits per land use and farm size on private land tenure properties in Amazonia.

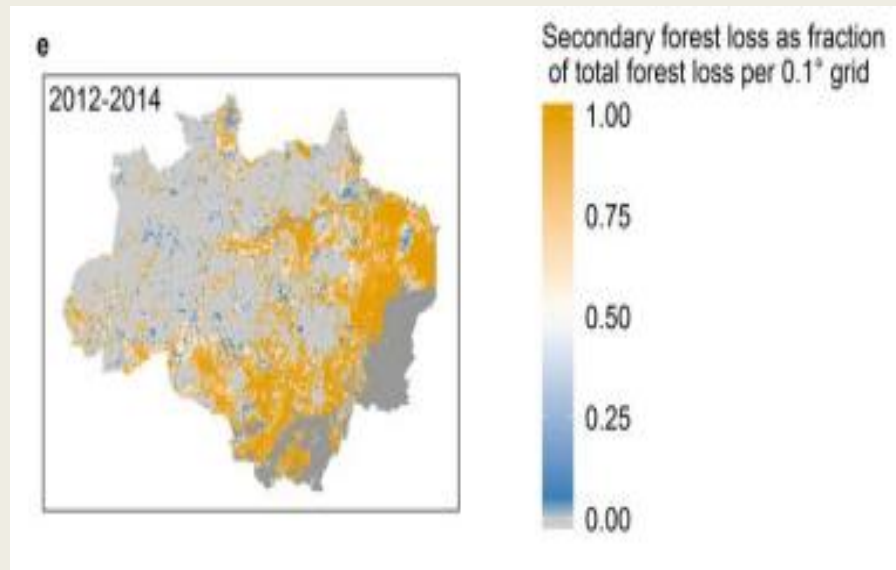
Land use	Farm type	Farm Size (ha)	Area (Mha)	Deficit (Mha)
Secondary forests	private	0–200	1.29	0.10
		200–1000	1.15	0.32
		>1000	2.07	0.65
	settlements		1.35	0.51
Total			5.86	1.58

Permanência

Corte de 180.329 km² de florestas secundárias entre 2000-2014

Impediu a acumulação potencial de 2,6 bilhões t de Carbono

A Amazônia brasileira possui cerca de 20 Mha de florestas secundárias



RN e o Código Florestal

A regeneração natural é considerada um método para a recuperação da vegetação nativa no Código Florestal e em todos os PRAs dos estados, mas a definição de RN não é clara

No Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG): regeneração natural é *"um conjunto de processos pelos quais espécies nativas colonizam uma área alterada ou degradada sem terem sido intencionalmente introduzidas por intervenção humana"*.

RN e o Programa de Regularização Ambiental- PRA

Código Florestal - uma área desmatada ilegalmente em APP ou RL pode ser recuperada por meio de regeneração natural (assistida) e/ou plantio de espécies nativas.

Faltam definições claras sobre:

- (i) o que caracteriza a regeneração natural (qualquer vegetação em regeneração pode ser considerada como parte de um processo de restauração?)
- (ii) onde a regeneração natural é uma estratégia adequada (a regeneração florestal pode ocorrer sem intervenção humana em todos os lugares?)
- (iii) quando uma vegetação em regeneração natural pode ser considerada restaurada

Impedimentos para uma boa governança da RN

1. Falta de definições claras
2. Falta de mecanismos reguladores relevantes
3. Inconsistência entre os níveis do quadro jurídico
4. Revisões frequentes dos documentos legais
5. Potencial de abuso e de aplicação não equitativa das normas
6. Conhecimento limitado da ecologia das florestas secundárias
7. Falta de acesso a orientação técnica
8. Falta de monitoramento sistemático

Desafios

A melhor forma de melhorar a permanência das florestas secundárias tropicais não é clara, especialmente tendo em conta as constantes mudanças de uso da terra e o mercado de terra e as constantes alterações nas legislações dos estados

É necessário investigar os fatores de reversão e permanência da FS para poder orientar o desenvolvimento de políticas e práticas de gestão para melhor proteger as florestas secundárias.

A permanência pode e deve ser incorporada no planejamento da regularização ambiental/restauração desde as fases iniciais.

Estabelecer estratégia integrada que inclua a monitoramento ativo das florestas secundárias na Amazônia

Garantir que as normativas dos estados não sejam contrárias à recuperação da vegetação nativa

Exemplos

Mato Grosso – Decreto 288/2023

Art. 48 Para o cadastro ambiental rural será considerada consolidada, a área do imóvel rural que demonstre ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida,

neste último caso, a adoção do regime de pousio de 5 (cinco) anos.

A supressão a corte raso de vegetação é considerada benfeitoria, para fins de verificação da área consolidada

Pará - IN 08/2015 SEMAS – PA